

Miranda quer reduzir dívida pública

O diretor da área bancária do Banco Central, José Luiz Miranda, disse estar empenhado em diminuir a dívida pública, hoje em torno de Cr\$ 58 trilhões, e simultaneamente reduzir a carteira de títulos do BC, para que fique com volume e composição necessária para as operações de **open market**. Uma forma seria cancelando as posições de ORTNs cambiais em poder do Banco Central, substituindo-as por Letras do Tesouro, de um ano com 1% de rentabilidade.

Essa tentativa de reduzir o estoque nominal de títulos, segundo Miranda, é um passo intermediário à separação efetiva da dívida pública do **open** (mercado aberto), e de sua colocação, e giro, no orçamento monetário. Um complicador, mas que não tem razão de ser, na sua opinião, seria problemas de inquietação no mercado financeiro: "A redução da dívida em nada altera a operacionalidade dos intermediários financeiros. É apenas uma questão entre o BC e o Tesouro", afirmou.

Relevante

O volume total da dívida é irrelevante para efeito de cálculo do déficit público, mas é relevante no momento em que se pensa em separar as funções de administração da dívida pública — que ficará a cargo do Ministério da Fazenda — e do **open market**. "Quando for reestruturado o sistema da dívida, o seu tama-

nho terá importância, assim como a definição de quem ficará como tomador final dos papéis, e se o **open** será apenas administrado com LTNs".

José Luiz Miranda informou que a captação líquida do Banco Central em agosto, via **open market**, foi em torno de Cr\$ 1 trilhão 500 bilhões. Ontem, no último dia do mês, o BC não atuou no mercado, pois o nível de reservas estava equilibrado. Com isso as taxas alcançaram 6,7 ao mês (por três dias), o equivalente a 20,1% ao mês, em um dia normal. O custo do financiamento por um dia lastreado em títulos federais alcançou 10,79% ao mês, dando uma margem de ganho às instituições financeiras de 1,3% de juros reais.

Em setembro estão previstos resgates no montante de Cr\$ 2 trilhões, que serão renovados normalmente. "Não haverá impacto monetário, pois colocaremos Letras do Tesouro Nacional e ORTNs monetárias", disse Miranda, além do leilão normal de papéis monetários de dois anos. Garante que as taxas não irão além dos 19% de juros, com possibilidade de ficarem abaixo desse patamar.

O temor de uma desindexação perturbou o mercado, disse ele, obrigando o Banco Central, no seu último leilão, a abrir as taxas, para colocar as ORTNs.